

CAPÍTULO 1:

CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DO SETOR AGRÁRIO BRASILEIRO

*Alan Figueiredo de Oliveira¹, Matheus Anchieta Ramirez², Lúcio Carlos Gonçalves³,
Ranier Chaves Figueiredo⁴, Dalvana dos Santos⁵, Guilherme Lobato Menezes⁶, Frederico
Patrus Ananias de Assis Pires⁶, Tainá Silva Brandão Lopes⁷, Mariana Brito Gomes⁸,
João Vitor Araújo Ananias⁹*

Introdução

A configuração agrária brasileira é resultante do processo histórico de ocupação do território nacional. Neste contexto, ganha relevância discutir as formas de manutenção e ampliação da concentração fundiária pelos setores dominantes da sociedade. Os povos europeus que colonizaram as américas buscavam a conquista de novos territórios e novos produtos para comercialização. No Brasil, guiados pela busca de títulos de poder e nobreza, os portugueses buscaram implementar um modelo produtivo pautado no domínio da posse da terra e da mão-de-obra. Desta forma, foi implementado o modelo de produção de agroexportáveis produzidos em latifúndios e com mão-de-obra escrava, denominado *plantation*.

Este arranjo organizacional foi o início das transformações do meio agrário brasileiro que resultou na sociedade atual. O meio rural brasileiro, ainda hoje, é marcado por uma série de problemas que começaram a ser criados no processo de colonização. A concentração da posse da terra mediada pela ideologia de aquisição de poder e prestígio social ainda está presente na sociedade atual. A concentração da terra impede o pleno cumprimento do papel social desta, com impactos negativos na produção de

¹Médico Veterinário, Mestrando em Produção Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. alanfigueiredodeoliveira@yahoo.com.br

² Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. matheusarta@yahoo.com.br

³ Engenheiro Agrônomo, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. luciocg@vet.ufmg.br

⁴ Médico Veterinário, MSc, Doutorando em Ciência Animal, Departamento de Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁵ Médica Veterinária, MSc, Doutoranda em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁶ Médico Veterinário, Mestrando em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁷ Médica Veterinária, Mestranda em Produção Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁸ Graduanda em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁹ Graduando em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da FUNORTE, CEP 39404-006, Montes Claros, MG.

alimentos para o abastecimento do mercado interno, produção de matéria-prima e geração de empregos.

Pretende-se, em breve passagem pela história do país, demonstrar os mecanismos e eventos de manipulação do Estado pelas elites brasileiras, fenômeno que marca a sociedade brasileira desde o início do processo de colonização. Como o controle das políticas do meio rural atuou e continua atuando visando a manutenção de poder e a busca de benefícios para a elite brasileira. Como resultado deste quadro 25% da população que vive no campo pode ser considerada pobre, somando aproximadamente 7,6 milhões de miseráveis no campo (MDA, 2015).

Como resultado deste processo de ampliação das desigualdades no meio rural forjou-se a atual dicotomia ideológica acerca das funções sociais da agricultura familiar e da agricultura patronal. A agricultura patronal, identificada como Agronegócio, apresenta alto nível de tecnificação e de investimento. A agricultura familiar apresenta baixo nível tecnológico, baixa capitalização e é reconhecida como atrasada e passível de transformação.

A análise superficial deste contexto gera a falsa interpretação de baixa capacidade produtiva da agricultura familiar e de estar fadada a miséria e ao desaparecimento. Porém, esta análise desconsidera os acontecimentos históricos em que a pequena propriedade, representada pela agricultura familiar, não recebeu os benefícios oferecidos ao agronegócio.

Assim a agricultura familiar taxada como ineficiente ocupa 24% da área total e produz 76% dos alimentos básicos consumidos pelos brasileiros (IBGE, 2008). O grau de utilização da terra e a oferta de empregos são maiores nas pequenas propriedades, isso se deve à necessidade de exploração de todas as áreas da propriedade devido à limitação de área para produção. A agricultura patronal, na maioria das vezes, apresenta subutilização da terra, o aumento da produção se dá principalmente pela ampliação da área e a produtividade cresce de forma muito lenta (IBGE, 2008).

Além disso, os setores elitizados da sociedade que criticam a intervenção do Estado são os que exigem e se beneficiam por meio da manipulação e apropriação dos subsídios ofertados por ele (Martine, 1991).

O modelo político neoliberal implementado a partir da década de 1990 de abertura de mercado e não interferência na economia possibilitou que os produtores brasileiros melhorassem a eficiência na alocação de recursos para competição no mercado internacional. Ao mesmo tempo favorecia a exportação de produtos agrícolas vinculados à agricultura patronal, fato que fez com que a agricultura familiar se integrasse a um mercado que favorecia a importação de produtos em condição de

vantagem comparativa². A agropecuária brasileira vem aumentando sua importância na economia nacional e internacional, expressividade calcada na participação da agropecuária no PIB brasileiro.

A perpetuação da pobreza no meio rural e uma das mais violentas lutas pela posse da terra no mundo mostram de forma definitiva a gravidade do problema que atinge o meio rural brasileiro. Ademais, o estado de caos das grandes cidades também é reflexo da formação agrária brasileira. A urbanização desordenada das grandes cidades é fruto de um processo antidemocrático de modernização agrícola. Deste modo, todas as questões sociais, em maior ou menor grau, podem ser atribuídos como consequências da opção em favor da concentração de terras e de recursos no Setor Agrário.

É diante deste quadro que se deve indagar de onde provem o poder atribuído ao Latifúndio? Como a estrutura desigual do meio rural pode ser encoberta, vista como positiva e como riqueza? Quando na verdade é responsável em boa medida pelas mazelas sociais que atingem a sociedade brasileira.

O conhecimento dos fatos expostos acima é fundamental para a elaboração de uma interpretação crítica sobre o estado social, econômico e político atual do Setor Agrário no Brasil. Qualquer profissional que deseja trabalhar no meio rural como promotor de bem-estar social deve procurar transpor esses problemas. Qualquer prática intervencionista no meio rural, da orientação vinculada a assistência técnica à formulação de projetos, fica condicionada ao conhecimento detalhado das estruturas sociais que acolhem as propriedades rurais e permeiam suas relações de mercado. Qualquer ação que desconheça o status atual da agropecuária brasileira está fadada ao insucesso.

Visando aprofundar questões acerca do setor agrário e da organização social no Brasil buscou-se ordenar cronologicamente os principais acontecimentos que determinaram a formação da sociedade brasileira a partir do meio rural.

Ideologia ligada à posse da terra no Brasil

Para entender como o latifúndio contribui para a geração de tantos problemas sociais e desequilíbrios na sociedade como instituição social é necessário que se analisem as bases que o sustentaram ao longo dos séculos. Dentre estas, a mais importante refere-se à ideologia que envolve a posse da terra.

²Vantagem comparativa é um termo utilizado para expressar uma série de fatores econômicos, edafoclimáticos e sociais que torna a produção de determinado produto favorável em uma região específica.

A história de ocupação brasileira é fortemente marcada por desigualdade quanto ao acesso e uso da terra. As populações europeias buscavam desenvolver sistemas de ocupação e produção semelhante àqueles vivenciados pela aristocracia nos países Ibéricos. O resultado foi a multiplicação de latifundiários (Linhares e Silva, 1999). Neste quadro, a acumulação de grandes extensões de terras era sinônimo de poder, prestígio, mando e títulos de nobreza. A posse da terra não seria ligada diretamente ao movimento empresarial, produtivo, capitalista, que buscava o lucro proveniente da produção agropecuária, mais sim ao status nobre, de mando e controle das populações.

A semelhança do sistema feudal desenvolvido na Europa entre os séculos IV e XIII, caracterizado pelas grandes propriedades que dominava a mão-de-obra dos servos que viviam nas terras do Senhor Feudal. Assim surge no Brasil um sistema produtivo, mercantilista e que ao mesmo tempo guarda características pré-capitalistas. Se, após o fim do feudalismo com a produção burguesa de produtos manufaturados a maioria da sociedade europeia vivia um cenário de produção capitalista, Espanha e Portugal se aventuravam em viagens marítimas, com economias mercantilistas, de um capitalismo aventureiro (Weber, 2012), pouco afeto a produção. As sociedades Ibéricas passam então por um novo momento em seu desenvolvimento, enquanto o feudalismo se fragmenta, a nobreza decadente se agarra a seus títulos, fazendo aliança com os novos ricos da atividade mercantil. Muda-se a estrutura social, porém com forte conservadorismo da condição de nobreza, como bem exemplifica Cervantes no clássico Dom Quixote.

E são estas pessoas, guiadas por uma mentalidade de nobreza associada a posse da terra, que implanta a mentalidade feudal que determina a posse da terra na sociedade brasileira, daí vem a voracidade de acumulação de terras ligada ao poder político (Linhares e Silva, 1999).

É importante atentar que não houve feudalismo no Brasil (Martins, 1986). Porém, a ocupação inicial do território brasileiro foi marcada por uma mentalidade feudal, que sofreu transformações para compatibilizar o sistema de produção pré-capitalista e o sistema comercial capitalista. Ou seja, um sistema que da porteira para dentro da propriedade não era capitalista, mas sim da porteira para fora.

Neste sistema o controle dos trabalhadores se fazia por meio do trabalho escravo. Utilizado majoritariamente para a produção das culturas de exportação. Porém, a posse de grandes propriedades rurais garantia o controle direto das pessoas pobres desprovidas de terras. Neste momento a dualidade proprietário e sem-terra começa a ganhar sentido organizador na sociedade. Os grandes latifundiários, por meio da monopolização da terra, dominavam a força de trabalho local e obtinham poder político, econômico e militar. Quanto maior a extensão de terras, mais trabalhadores livres e não assalariados estariam sob seu comando. É justamente esta massa livre, mas inquilina

nas grandes fazendas, que gerava a força política, econômica e militar que o latifúndio necessitava para impor sua presença na sociedade. Este poder relacionado a posse da terra levava a redução na competição por poder pelos proprietários forjando a existência de líderes locais, com a formação do chamado Poder Local no Brasil (Prado e Zauli, 2004). Assim, a formação agrária brasileira foi desenvolvida a partir de uma ideologia concentradora, estruturada com base em um sistema político atrasado, personalista e antidemocrático, determinado historicamente e caracterizado pelo latifúndio, conservadorismo social e econômico e mandonismo local.

A ideologia de concentração de poderes ligada à posse da terra era tão marcante que os comerciantes de escravos, mineradores e comerciantes que obtinham grande êxito econômico compravam terras para obter prestígio e ascensão social. Fato ainda recorrente no país, quando parte das grandes fortunas são transformadas em propriedades rurais. A concentração de terra e capital pela elite brasileira possibilitou a dominação e manipulação da força de trabalho e concentração de renda para os proprietários. Os desprovidos da posse da terra tiveram que se submeter à exploração em diferentes formas de trabalho compulsório. (Linhares e Silva, 1999).

Esta formação ideológica permanece no ideário, ainda hoje, da sociedade brasileira. A noção de poder, prestígio e nobreza vinculada à posse da terra faz com que o latifúndio, muitas vezes dissimulado na forma de “Agronegócio”, seja louvado e valorizado pela sociedade.

Tendo em vista esta ideologia de posse da terra analisaremos as políticas adotadas ao longo da formação do país buscando discutir como cada uma delas influencia o quadro agrário nacional.

Sesmarias

A conquista e ocupação do território brasileiro pelos europeus aconteceu em um momento de busca de novas opções de receitas para a sociedade portuguesa³. A metrópole demandava fluxo constante de mercadorias para comercialização no mercado europeu. Não se pode esquecer que Portugal vivia uma industrialização incipiente em meio a revolução industrial. O produto escolhido pelos portugueses para cumprir este papel foi o açúcar, a primeira *commoditie* agroexportável do país. A produção do açúcar tinha uma função acessória, garantir a ocupação do território e a posse do mesmo por Portugal. Neste contexto, surgiu o primeiro sistema de distribuição de terras no Brasil, as sesmarias. Sesmaria era uma lei portuguesa que regulava a posse

³ Contexto no qual é importante observar que a formação dos Estados Unidos se deu por populações expulsas de suas terras pelos Cercamentos, que viviam perseguições religiosas ou políticas e que viram no Novo Mundo uma possibilidade de fundar uma nova nação e não apenas território para exploração e enriquecimento.

e o uso das terras. Assim, a ocupação do território brasileiro partiu da distribuição de 12 capitanias hereditárias. Aos capitaneiros era dada a missão de governar as capitanias e as fazer produtivas. A terra era então cedida por estes em sesmarias para aqueles que se dispunham a cultivá-la. Logicamente estas propriedades eram distribuídas aos “amigos do Rei”, doadas sem custo aos aristocratas portugueses decadentes ou àqueles que haviam se enriquecido em atividades como o comércio ou mineração, de acordo com a vontade do Rei de Portugal.

Adicionalmente, lançaram-se à aventura de colonizar as terras brasileiras, um relevante contingente de europeus que não dispunham de documentos de posse de terras brasileiras concedidos pela coroa. Entretanto, a coroa não se opunha a este movimento uma vez que estes seriam úteis na ocupação das novas terras e na manutenção do modelo de colonização pautado na *plantation*.

Deste modo, os pobres não tiveram acesso à posse legal da terra para alcançar sua reprodução social imediata na colônia, e logo tiveram de se submeter àqueles que receberam as sesmarias para ter acesso à terra e produzir. Este acesso que era concedido como um favor dos capitaneiros, sem que se gerasse qualquer tipo de conflito. Criou-se um sistema em que as relações de trabalho, compra de insumos e venda de produtos passaram a ser centralizadas na Casa Grande. Quanto maior a extensão de terras dos capitaneiros, maior era o número de produtores sem-terra que trabalhavam na propriedade e maior era sua produção e poder econômico.

Ao lado do *plantation*, desenvolvido em grandes latifúndios que produziam monoculturas para exportação com mão-de-obra escrava, existia o sistema secundário de produção, tocado com mão-de-obra familiar com acesso subordinado à terra e com finalidade de produzir alimentos para o mercado interno. Aí está a gênese da Agricultura Familiar e do Agronegócio brasileiro.

Observa-se assim, que desde o princípio da ocupação europeia das terras brasileiras não se observou um projeto de beneficiamento da sociedade que se formava nestas novas fronteiras. Na verdade, os amigos do rei foram beneficiados e os demais portugueses, europeus livres e pobres, os indígenas e os negros escravizados não receberam nenhum tipo de apoio da coroa portuguesa o que ocasionou um sistema colonizador gerador de desigualdades e de condições de vida precários que não atendiam a reprodução social dessa parcela da população.

Formas de Trabalho Compulsório

Esta sociedade com marcas aristocráticas não valorizava os que necessitavam trabalhar, toda a riqueza gerada pelo trabalho só era chancelada pela nobreza se associada à posse da terra. Desta forma, foi estabelecido uma dicotomia trabalhista na

sociedade da época: de um lado os pobres sem acesso a posse da terra que trabalhavam nas grandes propriedades e os latifundiários que valorizavam o ócio.

As formas de trabalho compulsório implementadas no Brasil podem ser divididas em dois tipos, a escravidão negra e indígena e o sistema de exploração do trabalho em troca de acesso à terra. Por ser menos observada e discutida vamos dar maior ênfase a segunda, sem, no entanto, deixar de lado a importância da escravidão no ordenamento social do país.

As principais formas de trabalho compulsório, associado a posse da terra foram o inquilinato, a parceria e a peonagem por dívidas. A *Encomienda*, muito comum na América Espanhola foi pouco praticada no Brasil. Dentre as formas de trabalho compulsório mais comuns no Brasil o Inquilinato foi caracterizado pela cessão de uma pequena porção de terra ao trabalhador para produção para o sustento de sua família e em contrapartida este deveria servir ao proprietário. No sistema de parceria a terra é cedida a um produtor sem-terra e em troca este repassa parte da sua produção para o proprietário⁴.

Na peonagem por dívidas o fazendeiro fornecia um adiantamento, na forma de capital, insumos para produção, gêneros alimentícios, custeio com transporte. Este adiantamento devia ser pago com trabalho, como ao longo dos anos o trabalhador quase sempre não conseguia quitar sua dívida, devido a novos adiantamentos, este ficava vinculado à grande propriedade, em regime de trabalho servil.

Faz-se notar que estas formas de trabalho compulsório em boa medida ocorriam de forma concomitante. Assim, o inquilino também poderia ser vítima da peonagem por dívida. Esses fatores que agravavam o quadro de dependência da população sem-terra.

Assim, a estrutura da divisão da terra, a organização do trabalho e o poder político foram alvos de reformas com o objetivo de modernização do país. Porém, as reformas realizadas pela aristocracia brasileira só garantiram a permanência da estrutura fundiária da época.

Este quadro de exploração para obtenção do acesso à terra recebe o nome de Cativo da Terra (Martins, 1986). Justamente esta população vítima do Cativo da Terra passa a ser aquela que gera o poder econômico (associado a produção na grande propriedade e ao regime de parceria), político (número de eleitores), militar (braços armados para contendas) e social da grande propriedade. Na verdade, todo o poder

⁴O sistema de parceria mais utilizado foi o de meia. Neste sistema o proprietário cedia a terra para o trabalhador, este por sua vez, arcava com os custos e mão-de-obra da produção. Após a colheita metade da produção era dado ao fazendeiro em troca do fornecimento do acesso à terra.

atribuído ao latifúndio no Brasil deve ser considerado em relação ao seu poder de controlar os trabalhadores livres, mas vítimas do Cativeiro da Terra.

Esta população que passa a viver na dependência das grandes propriedades é composta por mestiços, indígenas, brancos pobres e negros livres, ou seja, todos aqueles que não puderam alcançar a condição legal de proprietários de terras, chamados de vadios, foram responsáveis pelo abastecimento do mercado interno de alimentos no Brasil.

Estes sistemas de produção que associavam o latifúndio e a agricultura familiar, dentro e entre as grandes fazendas, estabelecido desde o princípio do processo de colonização e ocupação das terras influenciou de forma definitiva a configuração atual do meio rural brasileiro. As desigualdades quanto ao acesso e uso das terras e o controle da mão-de-obra são determinantes para os conflitos pela posse da terra que ocorreram ao longo dos séculos e foram fundamentais para o estabelecimento de políticas agrárias para o setor agrário do país.

Reformas liberais do século XIX

Em meados do século XIX, com o avanço da revolução industrial inglesa pautada nos fundamentos capitalistas liberais, a estrutura socioeconômica latino-americana começou a ser criticada. Segundo o pensamento liberal em expansão no mundo, o atraso latino-americano se devia ao conservadorismo católico, a preguiça de uma sociedade que valorizava o ócio, a desconfiança no poder da técnica produtiva e por ser uma herança ibérica (Linhares e Silva, 1999).

Os ideais das reformas liberais do século XIX se materializam em mudanças na política brasileira após a independência. Cinco foram as principais reformas liberais do século XIX, a instituição da guarda nacional, a Lei de Terras, o processo de abolição, o incentivo à imigração estrangeira, e a proclamação da república.

Guarda Nacional

Em 1824, dois anos após a independência, foi criada a Guarda Nacional. Uma vez que o Império, recém independente, não dispunha de um exército oficial e dispunha de fronteiras desprotegidas e almejadas por interesses internacionais, seu objetivo primário era manter a ordem e a defesa em um país continental. Porém, não se pode ignorar sua motivação secundária, manter a unidade nacional, não permitindo que o país fosse fragmentado. Na prática a Guarda Nacional privatizou o poder militar e judiciário a um chefe político local, criando a figura do coronel, dando origem ao período chamado coronelismo. Este novo sistema reforçava o poder local e gerava a capacidade de administração do poder central, frente a um país de grandes dimensões, sem identidade nacional, sem recursos e com uma grande dívida externa contraída no

processo de independência. Com a emergência das classes populares a Guarda Nacional teve o papel de repressão e manutenção da ordem local e do poder do coronel.

No cenário rural apenas haveria um chefe político em cada região. A disputa de poder entre grandes proprietários de terras marca a violência no campo nesta fase do desenvolvimento nacional. Como citado anteriormente o poderio de um proprietário de terras estava diretamente relacionado com o tamanho da propriedade. Assim, os grupos de grandes proprietários passam a se unir, formando as oligarquias. São estas agora que estabelecem o poder local, sendo formadas por grupos de coronéis, apoiados e apoiadores do poder central.

O fortalecimento do poder político local no coronelismo estabelece a política dos governadores. Os coronéis mantinham a organização política local onde o poder central não intervinha, por outro lado toda a estrutura do poder central não contava com oposição.

Abolição da escravatura

A assinatura na Lei Áurea em 1888 colocou o fim oficial a escravidão no Brasil. Porém, o início deste processo se dá com a efetivação da proibição do tráfico de escravos, por volta de 1850. Nos anos posteriores o sistema produtivo brasileiro cultivado por escravos se prepara para que a abolição não lhe traga maiores malefícios e algumas vantagens.

De forma direta a abolição significaria uma vantagem para os fazendeiros uma vez que o alto custo da mão de obra escrava, fazia com que o custo de produção fosse o dobro se comparado ao uso da mão de obra livre e não assalariada (Prado, 1999), vítima do cativo da terra. Assim, a proibição do tráfico negreiro, a lei do ventre livre e a lei do sexagenário podiam ser revestidas por um ideal humanitário, porém, tinham como objetivo real acabar com a escravidão e aumentar os investimentos em tecnologias, principalmente aquelas vindas da Inglaterra. Basicamente os ingleses queriam que os fazendeiros brasileiros poupassem capital e investissem em produtos da sua indústria. Muito devido a isso os grupos abolicionistas mantinham escravos (Prado, 1999), este comportamento de dualidade se devia a pressão que o grupo fazia para que a abolição fosse acompanhada da indenização aos proprietários. O que faria da abolição um excelente negócio para este grupo. Porém, a abolição não gerou as indenizações que os fazendeiros esperavam. Assim, a situação dos escravos libertos se agravou devido à falta de acesso à moradia, alimentação e propriedade, propagando uma grande onda de fome e miséria.

Lei de terras de 1850

O fim da escravidão sinaliza para os fazendeiros a necessidade de novos trabalhadores, agora livres. Mas como obrigar alguém a trabalhar para um grande proprietário com a imensidão de terras que havia no país? As Oligarquias logo se adiantam e criam a Lei de Terras de 1850. Esta tornava a compra a única forma de se obter a propriedade rural e obrigatória a apresentação do título da terra para oficialização de posse. Esta lei possuía a intencionalidade de impedir que qualquer pobre tivesse acesso à terra, tendo de se submeter à grande propriedade. Os proprietários se preparavam para a abolição e a imigração, garantindo que nenhum destes grupos ascenderia a condição de proprietário.

Porém, resguarda-se o direito de posse das propriedades cedidas no sistema de sesmarias. As terras devolutas, aquelas que não tinham seu título de posse emitido, foram destinadas ao estado. A compra passava a ter precedência legal a qualquer forma de posse e uso da terra.

Com a Lei de Terras surge o fenômeno de Grilagem. Este nada mais é que a falsificação de um documento de compra de terras já anteriormente ocupadas por outro indivíduo. Já que quem compra primeiro a propriedade seria seu legítimo dono. Apesar de alguns casos de conflitos entre grandes proprietários a Grilagem se institucionalizou ao longo das décadas, chegando aos dias atuais, como uma forma de violência das grandes propriedades contra pequenos produtores e povos tradicionais. A regularização irregular de terras de posseiros resultou na expropriação de muitas famílias de suas terras. O fenômeno resultante da Lei de Terras é chamado Cativeiro da Terra.

Como resultado esta Lei tornou a posse da terra ainda mais concentrada. Instituiu a máxima histórica do Brasil: “quando a terra era livre (sesmaria), os trabalhadores eram comprados e vendidos, quando os trabalhadores passaram a ser livres a terra se tornou uma mercadoria que podia ser comprada e vendida.

Mais uma vez fazendo um paralelo a história dos Estados Unidos (EUA), deve-se ressaltar que a lei de terras brasileira se diferencia da estadunidense. Em meados do século XIX, a dicotomia entre o norte capitalista dos EUA, com indústrias em desenvolvimento, e o sul latifundiário e escravocrata, redundou na Guerra Civil dos EUA. No bojo destes acontecimentos é criada a Lei de Terras dos Estados Unidos (1862). Esta previa que a posse da terra seria obtida por quem cercasse e tornasse a propriedade produtiva, estabelecendo um tamanho máximo às propriedades. Neste contexto, o estímulo à imigração se deu pelo amplo acesso à terra. Cada imigrante seria um trabalhador, consumidor e produtor de alimentos e matéria-prima. Portanto, os Estados Unidos resolveram seu problema fundiário de forma democrática e garantiram o amplo acesso à terra. Exatamente o oposto do definido pela elite brasileira.

Aparentemente a Lei de Terras no Brasil seria prejudicial aos grandes proprietários. Durante a colônia estes recebiam a terra de graça, cedida na forma de

sesmaria. Agora a posse era associada a compra da terra. Porém, todo recurso arrecadado com esta lei pelo Estado foi revertido no financiamento de imigrantes, para trabalhar nas fazendas ao fim da escravidão. Após o estabelecimento do novo regime de posse da terra, um fazendeiro que comprava terra recebia trabalhadores vinculados a formas de trabalho compulsório.

Imigração

Com a sinalização do fim da escravidão os produtores brasileiros foram estimulados a buscar novas fontes de mão-de-obra para as fazendas. Mesmo com mão-de-obra nacional disponível, houve um incentivo à imigração estrangeira, europeia e japonesa com o objetivo de tornar a população do país branca. Com o recurso da Lei de Terras o governo brasileiro estimulou à imigração estrangeira, com este sistema os imigrantes chegavam gratuitamente para os fazendeiros.

Após a monopolização da posse da terra promovida com a promulgação da Lei de Terras brasileira, os imigrantes não tiveram acesso a posse da terra. Estes foram inseridos em um novo sistema trabalhista de trabalhadores livres, mas não assalariados. Assim o trabalho se daria em troca do acesso à terra. O caso mais conhecido é o Colonato Paulista onde os imigrantes cultivavam os cafezais e podiam plantar para seu próprio consumo nas entrelinhas do café.

Proclamação da república

No final do século XIX o governo imperial se achava em grande desgaste. Entre os setores descontentes havia os militares que foram a guerra do Paraguai e não receberam os prêmios prometidos, a igreja católica que era impedida de combater a maçonaria e um grupo de fazendeiros que eram abolicionistas e republicanos. Os fazendeiros que eram a favor da manutenção dos escravos eram a sustentação do poder imperial.

A abolição foi o estopim da revolta das elites contra a família imperial. Porém, a proclamação da república em 1889 foi realizada por esta elite e não contou com a participação popular. Não ampliou a participação da população, com a concentração política em um presidente militar e a repressão sobre as classes populares aumentou. No campo econômico houve aumento da cobrança de impostos, perda do controle da inflação e aumento da pobreza.

O fim da escravidão, a promulgação da Lei de Terras, o incentivo à imigração e a proclamação da república impuseram uma mudança no domínio dos fatores de produção. Na colônia a força de trabalho era comprada e a terra era cedida gratuitamente, já na república a força de trabalho era cedida e a terra era comprada.

Assim, após as reformas liberais a concentração fundiária e o domínio da força de trabalho foram alterados, com as oligarquias ainda mais fortalecidas.

Convênio de Taubaté

No início do século XX o sistema capitalista mundial mostra sinais de crise. O preço do café, nosso principal agroexportável, cai caracterizando como risco de crise para os cafeicultores, representantes das oligarquias mais fortes do país.

Dessa forma, as terras desgastadas pelo monocultivo de cana-de-açúcar e do café passam a ser abandonadas por proprietários que buscam terras mais férteis. Estas passam a ser ocupadas por produtores pobres, em geral inquilinos que já viviam nestas propriedades. Como reação à perspectiva, que depois se concretiza, de queda do preço do café o governo brasileiro, dominado pelas oligarquias, estabeleceu uma política econômica voltada para os cafeicultores paulistas denominada Convênio de Taubaté, em 1906. Nesta política, o governo brasileiro estabeleceu a compra do café acima do valor de mercado, para manter a lucratividade para os cafeicultores. Com esta política a dívida externa brasileira aumentou e os cafeicultores se enriqueceram ainda mais. A produção de café aumenta, os níveis de estoque ficam tão elevados que é necessário se desfazer do café, seja atirando ao mar ou incinerando.

Aqui se configura um nítido exemplo da apropriação do Estado pelas elites brasileiras. O latifúndio, pautado na monocultura do café, se mostrou completamente vulnerável à crise mundial. Seguindo a lógica capitalista, essas empresas ineficientes deveriam falir ou se reinventar para se manter no mercado. Entretanto, neste momento, as elites nacionais deixam as ideias liberais de lado e se apegam em um Estado interventor e regulador. Diferentemente do pobre, desamparado e onerado em momentos de crise, a elite utilizou dos recursos públicos para se manter no topo da pirâmide socioeconômica. O Estado aplicou considerável montante de recursos e não permitiu a falência deste seletor setor. Neste momento tem-se a nítida revelação da vulnerabilidade que o modelo do latifúndio monocultivador representa em uma economia capitalista e como este setor necessita da intervenção do Estado para se manter viável.

Durante a profunda crise de 1929 a pobreza das classes populares aumentou e foi retratada como causada pela passividade, preguiça, desconfiança na técnica, conservadorismo católico e falta de investimento. Materializada na denúncia de Monteiro Lobato contra a figura do “Jeca Tatu”, causador dos problemas sociais no meio rural brasileiro. Nesta mentalidade a perpetuação da pobreza era uma questão de escolha, que desconsiderou toda a história de distribuição fundiária do país e a violência sofrida pelas classes pobres.

Era Vargas

Em 1930 Getúlio Vargas foi eleito presidente do Brasil pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, porém sua eleição contou com os votos do Partido da Social Democrático - PSD que representava as oligarquias rurais. Ou seja, sua subida ao poder não põe de lado as oligarquias.

Mas a marca da Era Vargas foi um plano de desenvolvimento industrial urbano. Momento em que o poder no Brasil deixa de ser rural para se tornar urbano. Com a política implementada pelo Convênio de Taubaté, e mantida por Vargas, tem-se a exigência do novo presidente em reverter o capital acumulado pelas oligarquias rurais em investimentos na atividade industrial urbana. Momento em que, a elite industrial era expressão da elite agrária.

As leis trabalhistas criadas por Vargas foram aplicadas para os trabalhadores urbanos, que representavam 15% da população brasileira. A aristocracia rural não permitiu a extensão das leis trabalhistas para o meio rural, para não aumentar os custos da produção agropecuária. Além disso, a criação de melhores condições de vida no meio urbano foi uma estratégia para estimular o êxodo rural e fornecer mão-de-obra para a indústria. Além de minar o poder da oligarquia, ação dúbia, bem ao gosto dos governos populistas.

Desta maneira, a implantação da indústria foi realizada sem mudanças na estrutura agrária. A única retórica de Vargas sobre o meio rural era a necessidade de produzir alimentos e matéria-prima barata para reduzir os custos da produção industrial.

Quanto à distribuição de terras, a principal ação no meio rural realizada na era Vargas foi a ocupação da região centro-oeste em um movimento denominado "Marcha para o Oeste". Este projeto de colonização consistia na alocação de trabalhadores em pequenas propriedades, com a cobrança de impostos pela ocupação das terras. Após a alocação destas pessoas grandes propriedades foram cedidas ao capital nacional. É bom lembrar que de nada vale a terra sem quem a cultive. Todo o poder do latifúndio diz respeito aqueles que tem de se subordinar a ele. Como não haviam leis trabalhistas para os trabalhadores rurais estes viviam ainda sob o cativeiro de terras.

Modernização agrícola brasileira

Na década de 1950 o setor industrial brasileiro entra em crise. O setor agrário foi acusado de ser o empecilho para o sucesso do processo de industrialização e do desenvolvimento do país. Na época imputava-se aos latifúndios a incapacidade de produzir alimentos baratos para reduzir os custos da mão-de-obra urbana.

Mas para entender a crise na indústria nos anos 50 tem-se que voltar à segunda Guerra Mundial. O Brasil participa da Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, em

defesa da democracia. Porém, o país vive sob a ditadura do Estado Novo, com Vargas no Poder. Um quadro insustentável, que culmina com o fim da Era Vargas. Esta passa a ser sucedida por governos mais liberais, ou seja, menos repressivos. Como consequência, movimentos sociais urbanos e rurais se expandem pelo país. No campo surgem as Lutas radicais espontâneas, principalmente as Ligas Camponesas. Começa a ganhar força em todo o Brasil o discurso favorável à divisão dos latifúndios em um amplo processo de reforma agrária. Além disso, o sucesso da revolução cubana e a expansão do pensamento socialista na América do Sul e no mundo fizeram com que os Estados Unidos pressionassem para realização da reforma agrária no Brasil. Este anseio americano era justificado pela necessidade de ocupação do território brasileiro, fato que impossibilitaria o avanço do Socialismo.

Neste momento de questionamentos sociais, em 1963 foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, que previa a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais. Este, estabelecia a obrigatoriedade da carteira assinada, o descanso semanal remunerado e o pagamento do salário em dinheiro. Fato que aumentava o custo para os proprietários acostumados a trabalhadores livres e não assalariados. O resultado foi a demissão em massa de trabalhadores rurais, com a intensificação do processo de êxodo rural. Paralelamente surge a figura dos "boias frias". Após o estatuto do trabalhador rural a pobreza no meio rural aumentou e as lutas pela realização da reforma agrária se tornam ainda mais combativas. O governo de Jango lança então o decreto da SUPRA, uma tímida proposta de reforma agrária, no lendário Comício da Central do Brasil, que culminou com o Golpe Militar de 1964.

Meses após o Golpe, em 1964 foi promulgado o Estatuto da Terra. Este tinha dois eixos principais, a realização de Reforma Agrária em todo o território brasileiro e a modernização da agricultura após a realização da reforma. Porém, não se pode olvidar que o golpe militar contou, em muitas regiões do país com a intervenção ativa de milícia de fazendeiros, ligados ao movimento ruralista. Estes mesmo fazendeiros já haviam sido "prejudicados" com o estatuto do trabalhador rural (1963). Sob pressão dos latifundiários, o governo militar implementou apenas a modernização agrícola, direcionada aos grandes proprietários e se negou a realizar a reforma agrária. Por outro lado, as tensões no campo foram aplacadas por meio do combate e perseguição aos movimentos sociais e de seus líderes. Duramente reprimidos os movimentos sociais do campo praticamente desapareceram após o golpe.

A modernização agrícola desta forma não se propunha a alterar a distribuição de terras, conservando o sistema latifundiário brasileiro. Um dos motivos que a permite ser chamada de Modernização Conservadora. A justificativa ideológica da época criava a imagem de grandes fazendeiros inovadores, modernos e capazes de modernizar o campo. Por outro lado, os agricultores familiares eram considerados atrasados, avessos a tecnologia e incapazes de se modernizarem. Criou-se a figura de um ciclo vicioso da

pobreza, no qual a baixa produção da agricultura familiar gerava baixa renda, a baixa renda gerava condições deficientes de vida, o produtor que levava uma vida degradante apresentava baixas condições de trabalho e, conseqüentemente, baixa produção. Explicação alienada da realidade de exploração, negação do direito ao acesso à terra, impedimento de inclusão aos mercados e violência que atingia este extrato da população rural. Segundo esta ideologia a pobreza no campo era uma questão de escolha e justificava os investimentos no latifúndio, por isso a modernização deveria ser realizada para os grandes produtores nacionais, contando com investimentos do Estado. Neste contexto, os pequenos agricultores não poderiam ter acesso aos financiamentos pois não tinham o título de propriedade das terras para dar como garantia aos financiamentos. Muito embora a extensão rural também não tivesse interesse em trabalhar com esse público.

A Modernização Conservadora foi desenvolvida entre 1965 a 1979 tinha como princípio a oferta de crédito rural altamente subsidiado, chegando a ter juros reais negativos para compra de tecnologias e investimentos nas propriedades, investimento públicos em empresas de pesquisa e fornecimento de assistência técnica gratuita. Porém, todas estas benesses ofertadas pelo Estado foram destinadas aos grandes produtores para que estes pudessem investir na compra de tecnologias, implementos e insumos agrícolas, aumentando ainda mais a desigualdade social (Martine, 1991). Este modelo inicial de modernização agrícola também beneficiou as indústrias de insumos pelo aumento da dependência a estes produtos e de beneficiamento devido a obrigatoriedade de processamento dos produtos para inserção no mercado.

Com o crédito rural altamente subsidiado estes grandes proprietários capitalizados passaram a investir na compra de terras das pequenas propriedades. Assim, no período da Modernização Conservadora houve aumento da concentração fundiária. Os produtores que venderam suas propriedades foram obrigados a sair do campo, buscaram as grandes cidades. O país passa pelo maior êxodo rural de sua história (Tabela 1). Como resultado deste processo houve a formação das favelas nas grandes cidades e o maior processo de êxodo rural da história brasileira.

Tabela 1: Evolução da população residente no meio rural, participação da população rural na população total e taxa de crescimento da população entre 1950 a 1996.

Década	Total da População	Participação da população Rural no Total da População	Taxa de Crescimento (%)
1950	38.291.775	63,8	0,12
1960	38.767.423	54,6	0,57
1970	41.054.053	44,1	-0,64
1980	38.509.893	32,4	-0,81
1991	35.213.268	24,5	-0,77
1996	33.879.211	22	

Fonte: Adaptado de Camarano e Abramovay, 1999

Por outro lado, o investimento em tecnologias realizado com o objetivo de melhorar a produtividade nacional e fornecer tecnologias para a agropecuária nacional, pouco aumentaram os índices de produtividade, outro motivo que caracteriza o período como Modernização Conservadora. Neste contexto, surgem as empresas de pesquisa agropecuária nos âmbitos nacional e estadual, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), fundada em 1972. O fornecimento de assistência técnica foi desenvolvido segundo o modelo norte americano, nacionalizado na forma da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Porém todo este modelo tinha como objetivo o incentivo da compra de insumos agroindustriais pelos produtores. Neste sistema o extensionista tinha a função de difundir as tecnologias da revolução verde, produzidas pelas indústrias que recebiam as inovações tecnológicas geradas no âmbito das empresas de pesquisas. A consecução do modelo se dava pela garantia de que os grandes produtores tivessem acesso ao crédito rural subsidiado para compra dos insumos e tecnologias agrícolas.

Os principais resultados desta primeira fase da modernização foram a concentração fundiária e de renda, êxodo rural, urbanização desordenada e precária e segregação social entre ricos e pobres, segregação setorial entre agricultura familiar e agricultura patronal e segregação espacial da agricultura, aumento do uso de tecnologia sem elevações importantes na produtividade agrícola e degradação ambiental.

Mesmo diante deste quadro de retrocesso social os resultados da Modernização Conservadora são louvados por setores conservadores da sociedade. Após o fim da Segunda Guerra mundial havia grande demanda por produtos agrícolas pelos países que foram afetados pela guerra. Desta forma, os preços pagos aos produtos agrícolas estavam altos. Como esta política do estado financiou produtos de exportação em detrimento do abastecimento interno, o aumento da produção agrícola, pela incorporação de novas áreas, possibilitou o aumento das exportações com a entrada de divisas para o país. O aumento da dívida externa neste período mostra o financiamento da agricultura pelo Estado, fato que demonstra que o crescimento do setor não foi relacionado apenas a eficiência produtiva (Lacerda, *et al.*, 2005).

A crise do capitalismo mundial na segunda metade dos anos 1970, coloca fim à Modernização Conservadora em 1979. Entre 1980 e 1984 o cenário econômico nacional era de crise e retração. Neste período os preços internacionais das *commodities* agrícolas caíram. O Estado já não conta mais com tantos recursos para o financiamento da agricultura. O mercado interno é marcado pela redução da massa salarial e do consumo interno.

Esta conjuntura ameaçava levar crise ao setor agrícola. Porém, o Estado mais uma vez entra em campo, cria um sistema de compra a preço mínimo, impedindo que o setor tivesse redução drástica em sua remuneração. Como política de incentivo, houve

drástica redução no número de beneficiados pelo crédito rural, porém os juros passaram a ser ainda menores e os montantes individuais de empréstimos, ainda maiores. Mas as políticas decisivas do período foram as maxidesvalorizações cambiais. Estas enfraqueceram a moeda nacional com forte incentivo à exportação de nossos produtos e o aumento momentâneo da lucratividade do setor. Ação que trouxe a inflação como efeito colateral, mas que permitiu grande lucratividade para o setor no período. Como consequência o setor reduziu a incorporação de tecnologias, a área cultivada e o rebanho nacional, houve menor ritmo de expansão agrícola. Um fato ímpar deste período foi a reversão da concentração fundiária, com multiplicação de pequenas propriedades. Com estas ações o governo conseguiu garantir o bom desempenho da agricultura, com aumento da lucratividade dos setores de exportação, e elevação da oferta interna e externa de produtos. Resultado que não pode ser considerado como uma vitória da modernização conservadora, mas sim da intervenção estatal a favor da grande produção.

A terceira fase da modernização aconteceu de 1985 a 1989. O subsídio governamental para a agricultura foi reduzido gradativamente, os produtores foram obrigados a aumentar a eficiência produtiva. Assim, mesmo com um cenário econômico externo desfavorável aconteceram uma sequência de supersafras. Foi neste momento que se intensificou a ocupação da Amazônia, última fronteira agrícola brasileira. O governo brasileiro investiu em infraestrutura na Amazônia, principalmente estradas. Após a abertura das rodovias, o governo loteou grandes áreas para empresários industriais, bancários e comerciais. Além do loteamento foi estimulado a ocupação da região com isenção de impostos e implantação de serviços públicos, que geralmente eram precários.

Como visto acima a modernização da agricultura brasileira foi antidemocrática e conservadora. Contou com o financiamento do Estado, com a maior parte dos subsídios destinados aos latifundiários do centro-sul do Brasil. Incentivo à produção de *commodities* para exportação em detrimento aos alimentos para o mercado interno.

A explicação, também conservadora, para o sucesso das grandes propriedades durante o processo de modernização agrícola dissimula a atuação do Estado ao afirmar que sem escala de produção não há salvação econômica, ou seja, que ao longo do tempo os agricultores familiares seriam ineficientes e desapareceriam, e que o latifúndio se fortaleceria naturalmente.

Os impactos negativos eram tomados como frutos do progresso. O êxodo rural era imperioso ao processo de modernização do país. Todos os países desenvolvidos passaram pelo êxodo rural e as pessoas que migrassem para as cidades encontrariam sustento nas indústrias urbanas. A degradação do meio ambiente é parte do processo de avanço do capitalismo. Assim como o círculo vicioso da pobreza, estas ideologias são

difundidas na sociedade pela elite agrária com o objetivo de propagar a ineficiência da agricultura familiar e justificar os investimentos na grande propriedade.

Anos 90 e 2000

Os anos 1990 e 2000 são marcados pela instalação de governos Neoliberais. A característica destes é a ausência do Estado, em um momento de abertura da economia e fortalecimento da moeda nacional. A principal política voltada para o meio rural é a ausência de política agrícola. As intervenções se dão apenas no quadro macroeconômico, por meio do fortalecimento ou enfraquecimento da moeda nacional. O Estado incentiva a exportação, com a entrada de divisas, ou facilita as importações com a redução do preço dos produtos agrícolas no mercado nacional. Mais uma vez estas iniciativas do Estado ou beneficiam a grande produção para a exportação ou prejudicam a agricultura familiar.

O resultado da ausência do Estado foi o aumento da produção da agropecuária nas décadas de 1990 e 2000. Mesmo em um contexto desfavorável interna e externamente.

Devido a este novo cenário econômico as configurações produtivas do meio rural se modificaram. Entre os anos de 1985 a 1995 o número de estabelecimentos agropecuários reduziu 16,20%. O que demonstra o aumento da concentração da posse da terra. A área de lavouras permanentes e temporárias reduziram 23,8 e 18,9%, respectivamente. Com o ambiente desfavorável à agropecuária os produtores passaram a cultivar apenas as áreas de melhor fertilidade e produtos de maior vantagem comparativa. Paralelamente a área de pastagem plantada aumentou 34,5%, a área de descanso reduziu 22,1%, as áreas produtivas, mas não usadas reduziram 33,3%. Estas modificações ocorreram devido ao avanço da atividade pecuária, principalmente a de bovinos de corte. Com o melhoramento genético das plantas forrageiras, principalmente as braquiárias, a produtividade de bovinos criados à pasto aumentou. O crescimento da atuação dos movimentos sociais do campo criou grande receio de ocupação das terras improdutivas, por isso a maior utilização das terras.

As transformações iniciadas nos anos 90 estão presentes no meio rural até hoje. Com o aumento da competitividade com mercados internacionais a produção de *commodities* vinculadas à exportação como cana-de-açúcar, soja, eucalipto, milho e laranja aumentaram. Estas passaram a ser produzidas em larga escala, com elevado grau de mecanização e forte integração de capitais.

As transformações da economia no período aumentaram o consumo interno. Com o aumento da oferta, o preço pago pelos produtos se mantiveram estáveis com certa tendência a redução, fato que tendeu a reduzir a lucratividade do setor agropecuário. Segundo a ideologia produtivista vigente na sociedade a resolução deste problema é

atrelada ao aumento da produtividade, que aumentaria o volume produzido e as receitas dos sistemas. Atualmente muitos profissionais e economistas apontam a ineficiência produtiva como causa da baixa rentabilidade (Santos, *et al.*, 2016; Furlanetto, *et al.*, 2006; Campos e Paula, 2002). De fato, a ineficiência dos sistemas produtivos com utilização irracional de insumos e mão-de-obra reduz a lucratividade do setor. Porém, mesmo com o aumento da eficiência produtiva, se os mercados continuarem a receber volumes crescentes de produtos, a tendência será de estagnação ou retração dos preços pagos aos produtos.

A relação de troca entre a agropecuária e a indústria demonstra o poder de compra dos agricultores. O índice de preço pago sobre o índice de preço recebido, demonstra a relação entre os gastos com insumos industriais e a receita dos sistemas. Assim, quanto menor é esta relação maior é o poder de compra dos agricultores, pois demonstra menor gasto de produção e maior rentabilidade do setor. Este índice sofreu forte queda na primeira metade da década de 1990, e a partir de então, este índice está estável até os dias atuais (Montoya e Guilhoto, 1999).

De forma geral, o quadro de políticas macroeconômicas de abertura comercial, valorização cambial e ausência de política agrícola geraram um quadro desfavorável para a agropecuária, notadamente para a agricultura familiar, que continua a responder por grande parte da produção de alimentos destinada ao mercado interno. Mesmo com este cenário, o setor agropecuário aumentou sua produção devido principalmente ao aumento da produtividade e conseguiu aumentar a importância da agropecuária na formação do PIB brasileiro.

O censo agropecuário de 2006 demonstra que a estrutura agrária brasileira ainda permanece concentrada. Áreas de até 100 hectares correspondem a 85,95% das propriedades nacionais e ocupam 21,42% da área total. Em contrapartida, áreas com mais de 1.000 hectares correspondem a 0,91% das propriedades nacionais e ocupam 44,42% da área total (Tabela 2).

Tabela 2: Tamanho das propriedades, porcentagem de propriedades e de ocupação em relação ao território nacional segundo o Censo Agropecuário de 2006.

Tamanho das Propriedades (ha)	Participação das propriedades (%)	Área ocupada pelas propriedades no território (%)
-10	47,86	2,36
10 a 100	38,09	19,06
100 a 1.000	8,21	34,16
+ de 1.000	0,91	44,42

Fonte: Adaptado de IBGE 2008

Considerações Finais

A configuração histórica do setor agrário brasileiro é marcada por uma série de acontecimentos que moldaram as sociedades contemporâneas: rural e urbana. O Brasil é um país que foi moldado por um processo antidemocrático de posse e acesso à terra. Com esse processo histórico as terras brasileiras foram concentradas nas mãos de uma elite agrária e ao restante da população a posse da terra foi negada.

Com a monopolização da posse da terra a elite agrária conseguiu dominar a força de trabalho em troca do acesso à terra. Devido a este sistema o Brasil possui uma das maiores concentrações fundiárias do mundo, com violentas lutas pela posse da terra.

Com o advento da ideologia neoliberal nos anos de 1990 o cenário econômico de valorização cambial, abertura e maior competição em mercados globalizados gerou um contexto desfavorável para a agropecuária. Mesmo assim, a agropecuária passou por aumento da produção e melhoria da eficiência dos sistemas produtivos.

Todo e qualquer profissional que tenha o anseio de desenvolver trabalhos no meio rural, que objetive a promoção do bem-estar social necessita conhecer o processo histórico de formação do país. A agricultura familiar se originou em um sistema subordinado, sem acesso a posse da terra e com o objetivo de produção de alimentos, não contando com apoio do estado. Pelo contrário, as ações do Estado ao gerar desigualdades favoráveis as grandes produções prejudicaram direta e indiretamente a agricultura familiar.

Para o estabelecimento de metodologia de trabalho adequada para a agricultura familiar será necessário o entendimento das origens e das injustiças sociais pelas quais a agricultura familiar passou.